



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Apresentação: 14/09/2021 17:59 - CMADS

REQ n.70/2021

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº /2021

(Da Sra. Joenia Wapichana)

Requer a realização de Audiência Pública para elaborar a contribuição dos povos indígenas brasileiros para a COP-26.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para elaborar a contribuição dos povos indígenas brasileiros para a COP-26, a ser realizada em Glasgow, na Escócia, entre os dias 1º e 12 de novembro de 2021. Para esta Audiência Pública sugerimos as seguintes instituições como convidadas:

1. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
2. Conselho Indígena de Roraima - CIR
3. Articulação dos Povos Indígena do Brasil - APIB
4. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - Apoinme
5. Articulação dos Povos Indígenas do Sul - Arpinsul
6. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
7. Hutukara Associação Yanomami - HAY



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213724614100>



8. Conselho Terena
9. Conselho Aty Guassu
10. Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste - Arpinsudeste

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil temos 305 povos indígenas que vivem em 690 territórios indígenas regularizados, que abrangem cerca de 13% do território brasileiro. A maior parte das Terras Indígenas concentram-se na Amazônia Legal.

Os povos indígenas são os guardiões natos das suas terras tradicionais, têm um papel importantíssimo na proteção dessas terras. Cada povo tem seu modo de vida e cultura específica para proteger e preservar as florestas, dos distintos biomas, e também atuam na recuperação das florestas degradadas, muitas vezes sem nenhum apoio do poder público, contribuindo assim para diminuir as taxas de desmatamento e reduzir a emissão de gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Portanto, como legisladores precisamos apoiar e dar visibilidade às práticas dos povos indígenas do Brasil na gestão dos territórios e na sua conservação e uso sustentável dos recursos naturais e o enfrentamento às mudanças climáticas.

Destacamos que pesquisas científicas recentes têm mostrado que os povos indígenas tiveram um papel fundamental na formação da biodiversidade encontrada na América do Sul. Muitas plantas, por exemplo, surgiram como produto de técnicas indígenas de manejo da floresta, como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca e a araucária. No caso da castanha-do-pará e da araucária, estas árvores teriam sido distribuídas por uma grande área pelos povos indígenas antes da ocupação europeia no continente.



O manejo ambiental feito pelos povos indígenas sobre a biodiversidade teve um papel fundamental na formação de diferentes paisagens no Brasil, seja na Amazônia, no Cerrado, no Pampa, na Mata Atlântica, na Caatinga, ou no Pantanal. Os povos indígenas sempre usaram os recursos naturais sem colocar em risco os ecossistemas. Estes povos desenvolveram formas de manejo adequadas e que têm se mostrado muito importantes para a conservação da biodiversidade no Brasil.

Na Amazônia brasileira, cientistas destacam que as comunidades indígenas protegem e manejam 27% das florestas, que armazenam 27% dos estoques de carbono da região, representando aproximadamente 13 bilhões de toneladas. Esta quantidade não considera o carbono armazenado no solo, que possui, em média, um estoque entre 40 e 60 toneladas por hectare. Esta retenção do carbono pelas florestas ajuda a conter o acúmulo de CO₂ na atmosfera, visando à diminuição do efeito estufa.

Por essas razões, entre outras, a proteção das Terras Indígenas, seja por meio de demarcação e implementação de ações de gestão ambiental, seja por meio de ações de monitoramento e controle, são essenciais para fortalecimento tanto da política indigenista como para a conservação do patrimônio natural e ambiental do País.

Lembro, por fim, que os povos indígenas já possuem a tradição de enviar suas contribuições às edições anteriores da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e considero de fundamental importância que a CMADS, dada a sua atribuição regimental, possibilite a participação e contribuição dos povos indígenas para a COP-26.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2021.

DEPUTADA JOENIA WAPICHANA

Líder da REDE Sustentabilidade

